

Periferias Urbanas: Estética segregacionista das ocupações socioespaciais e territoriais em Teresina (Piauí – Brasil)

Francilene da Silva Abreu

Universidade Federal do Piauí
Teresina - Piauí - Brasil
franabre1@outlook.com

Allex Denzell da Silva Abreu

Universidade Estadual do Piauí
Teresina - Piauí - Brasil
allexdenzellabreu@gmail.com

Resumo: Este artigo de abordagem antropológica etnográfica e qualitativa, analisa os deslocamentos, a ocupação socioespacial de populações periféricas em áreas centrais de Teresina (PI) e as dinâmicas de migração forçada, resistência cultural e luta por reconhecimento, destacando como a fragmentação urbana invisibiliza grupos vulneráveis (Vidal, Musset e Vidal, 2011; ...Lima, 2023; Levy, 2001). Confronta modelos clássicos como o de Burgess (1921) e a dicotomia centro-periferia (Velho, 1967), revelando que as mobilidades e dinâmicas urbanas reconfiguram estruturas sociais e práticas sociais. Teresina apresenta-se como palco de tensões de vulnerabilidade entre ordenamento e apropriação do espaço, marcados pela exclusão social (Harvey, 2004), enclaves de luxo que enobrecem higienismo entre as classes gentrificadas e pela mercantilização da cidade (Telles, 2015). Defende-se políticas públicas que valorizem as identidades periféricas e promovam uma cosmópolis com novas práticas de políticas.

Palavras-chave: Antropologia Urbana. Centro e Periferia. Teresina.

Considerações Iniciais

Os conhecimentos da antropologia urbana é um homogeneizado terreno que proporciona o envolvimento com questões antropológicas em várias áreas, inclusive geográficas, que induz a se fazer pesquisas etnográficas de como as sociedades, através de seus componentes, se comportam social e culturalmente ante a perspectiva da vida em relação ao espaço territorial, preservando suas identidades, fomentados por “outros constructos capazes de auxiliar no reconhecimento da identidade de minorias como um direito inseparável dessas” (Sousa, 2001). Identidade essa, que segundo o mesmo autor, é utilizada para preservar a identidade particular de um povo sem que isso implique em legitimação da desigualdade social torna-se um imperativo ético no pensamento

antropológico contemporâneo. Reconhecer a legitimidade da persistência da diferença cultural é, assim, uma importante contribuição do discurso antropológico para pensar a sofisticação de novos direitos humanos (Sousa, 2001, p. 56).

Ingold (2011, p. 1) interpreta que “o objetivo da Antropologia é buscar um entendimento generoso, comparativo, não obstante crítico, do ser humano e do conhecimento em um mesmo mundo no qual todos nós habitamos”. E, se referindo ao pensamento de Radcliffe-Brown (1952) reitera que a Etnografia é um modo específico de investigação ideográfica que objetiva documentar fatos particulares das vidas passadas e presentes.

Para Cardoso de Oliveira e Baines (2005, p. 20), “lançar novas luzes sobre questões socioculturais que nos pareçam relevantes e que sejam observáveis no amplo e diversificado espaço das fronteiras” sejam elas territoriais, culturais ou ainda espacial, há uma simetria quando se refere a localização ou categorização habitacional, num zoneamento urbano, rural ou periférico.

Por conta de situações políticas, fome, doenças, desemprego entre outras recessões, a cidade se movimenta, surgem novas configurações de migração forçada, alcançando pessoas das mais diversas classes. Foi nesse contexto de alta vulnerabilidade humana que procurou-se entender e escrever como a estética de uma cidade é afetada em sua estrutura. Como as pessoas reescrevem suas narrativas, com suas particulares e peculiares histórias e procuram adaptá-las em contextos urbanos.

Para Vidal, Musset e Vidal (2011, p. 02) “os fenômenos de mobilidade e de deslocamento se afirmam como características essenciais das nossas sociedades contemporâneas” que buscam na urbanidade formas de resistirem e se manterem vivas em meio ao caos ofertados por espaços de convivência social. “O processo transnacional adquire nas fronteiras uma espessura empírica passível de descrição sistemática” (Cardoso de Oliveira; Baines, 2005).

No entendimento de Velho (1967, p. 5), na Sociologia Urbana o urbanismo é um fenômeno, tais como outras “*manifestações de “patologia social”* tais como sub-habitação, delinquência, marginalismo e choque cultural, bem como problemas de planejamento urbano em geral”.

A dimensão urbana das cidades na antropologia caminha entre o centro e a periferia. Ainda que isso revele novas formas hegemônicas de segregações nessa multiplicidade de espaços, o entendimento dessa dimensão espacial urbana é fundamental para o processo de compreensão da Antropologia urbana; pois ao modificar

os espaços, não só as cidades vão sendo modificadas, as pessoas também. Daí surge o questionamento: A partir da configuração territorial e espacial as cidades são para as pessoas ou as pessoas são para as cidades?

Para Park (2018) a cidade vista como um amplo laboratório social se constitui um espaço para investigação do comportamento humano, pois o que acontece na cidade não é apenas reflexo da sua organização social, mas ela coloca novas questões que vão mais além dela própria, as quais, por sua vez, vão impactar os modos de vida coletivos, porque ele pensa a cidade como uma noção aberta, sensível e vivenciada, que vai se atualizando numa decodificação criativa de várias problemáticas e manifestações de fenômenos políticos, sociais, culturais e morais que ocorrem nesse espaço territorial, onde diversas dimensões relevantes estão articuladas, segmentando, assim, tal espaço.

O “entendimento dos fatos urbanos relacionados aos elementos morfológicos e a dita fragmentação urbana, ou sua especificidade, é fundamental para a criação de estratégias que possam prevenir os efeitos devastadores da falta de planejamento e suas consequências” (Leal Junior 2021, p. 30).

Essa fragmentação dos espaços urbanos produz na cidade ‘uma sensação’ de desleixo, descuido e desordem administrativa. Impessoalizando as relações e invisibilizando sujeitos que diariamente se deslocam dos *cafofos* onde estão acomodados para pontos urbanos estratégicos, com o propósito de trabalhar, pedir ou apenas sobreviver entre outras ajudas. De acordo com autores; Lima (2023, p. 42) a mendicância é “uma estratégia de sobrevivência desenvolvida no contexto urbano, principalmente por mulheres, evidenciando, assim, um forte protagonismo feminino nesta ação”. Muitas esmolam e mendigam numa tentativa de conseguir dinheiro.

O ato da *mendicância* no Brasil num passado recente já foi considerado uma contravenção penal, que enquadrava como ato infracional a “vadiagem” alusiva a pessoas em situação de rua. Lei essa, sancionada em 1941 e respaldada pelo decreto-lei 3.688/41, que previa sanções pelas contravenções de “mendigar por ociosidade ou cupidez”, no Código Criminal do Império. Entretanto, o Plenário do Senado revogou o artigo 60 do referido decreto-lei e aprovou o PLC 75/05 (Senado Federal, 1941).

O que se percebe é que “as grandes cidades e centros urbanos se tornam depositárias de múltiplas atividades humanas; misturando e intercalando papéis, entre atores e espectadores, como num palco” (Cardoso, 2008, p. 54). Um verdadeiro caos provocado por ordenamentos provenientes de decisões privadas, reguladas pelo poder público e leis de zoneamento onde mostra que essas formas de ordenamentos não do

direito à moradia, mas do direito à exploração privada do solo urbano, direito residual regulado pelo poder público, que impõe àqueles mais carentes, “que não podem pagar estão condenados às periferias das grandes cidades” (Cardoso, 2013).

A construção desse artigo tem por objetivo analisar questões antropológicas, morfológicas e geográficas do desenvolvimento da teoria urbana contemporânea, a partir da problematização dos deslocamentos das periferias urbanas envolvendo a ocupação socioespacial e territorial em regiões centrais da cidade de Teresina, Piauí. A morfologia urbana auxilia na identificação das formas da cidade, possibilitando, assim, uma melhor análise de suas transformações e de seu traçado físico e espacial.

Os procedimentos metodológicos e bases conceituais foram construídos na coleta de dados e em revisão de referencial bibliográfico de teóricos e pensadores nacionais e internacionais que tratam sobre o tema, oferecendo um rico ingrediente etnográfico do urbano – entre o centro e as periferias, possibilitando uma apresentação mais precisa de um laudo epistemológico, comparativo e antropológico sobre o assunto.

Fronteiras Contemporâneas das Antropologias Urbanas

Estudar a cidade e seus atores em seus diferentes contextos de espacialidades, apresentando uma ampla genealogia de conceitos no entendimento histórico epistemológico, induz a uma fabricação de culturas a partir de um novo cenário de mobilidade social e desenvolvimento da teoria urbana contemporânea, onde o urbano é refeito face às mudanças produzidas entre periferias e centro. Esse é o preço pago pelas sociedades sobre a nova ordem urbana: um leque de desigualdade entre seus componentes, especialmente aqueles que são migrantes dentro desse espaço, onde a fragilidade da urbanidade gera novas configurações do coletivo urbano.

Levy (2001) aborda como as transformações nos conceitos e práticas de mobilidade espacial no contexto da globalização e das mudanças tecnológicas do final do século XX e início do século XXI reconfiguram as novas formas de mobilidade reconfiguram as relações entre espaço, território e sociedade, propondo uma compreensão mais ampliada sobre mobilidade, incluindo as dimensões virtuais, comunicacionais e até simbólicas. Ou seja, vai muito mais além que um simples deslocamento físico, isso faz com que novas tecnologias e a capacidade de ser móvel constitua um novo tipo de capital na sociedade contemporânea, gerando desigualdades entre os "móveis" e os "imóveis".

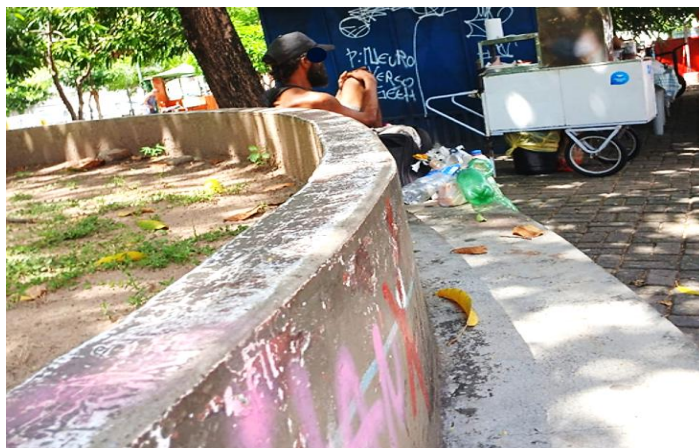


Figura 1: Homem em situação de rua - espaço público urbano na cidade de Teresina-PI.

Fonte: Foto tirada pelos Autores (2025).

Para Leal Junior (2023, p. 27):

Os problemas urbanos atuais, principalmente ligados à preservação do patrimônio cultural e ambiental, à segregação de classes, violência urbana, longos congestionamentos, privatização dos espaços de relacionamento e especulação imobiliária, alimentam discussões e questionamentos sobre a origem de tais fenômenos e qual a relação existente entre estes e os aspectos físicos da cidade.

Nesse intercuro de fronteiras imaginárias urbanas entre centro e periferias, os espaços de sociabilidades vão construindo vínculos mitigados por trocas simbólicas entre “*indigentes sociais*” (*grifo nosso*), causando tensão social e provocando uma desintegração da urbanidade nas cidades.

Cidade - junção e separação de espaços

A cidade é a junção e a separação de espaços: urbanos, periféricos, rurais, públicos, privados, particulares e coletivos onde se preserva identidades culturais. Há uma policontextualidade que a circunda e a faz se mover em todas as direções, sentidos, extensões e níveis. Ou seja, a cidade é uma entidade ou uma instituição viva que Park (1967) chamou de ‘*habitat natural do homem civilizado*’. Partindo, então, dessa premissa como interpretar que em pleno século XXI ainda temos circulando no meio de homens ditos civilizados (*grifo pessoal*), grupos e pessoas desprotegidas pelas leis, se abrigando em espaços públicos, territórios, imóveis ou pedaços de lugares privatizados momentânea e regularmente, em busca de um espaço de sobrevivência?

Em suma, a cidade mostra excessivamente o bem e o mal na natureza humana. Talvez esse fato seja, mais do que qualquer outro, o que justifica a visão que tornaria a cidade um laboratório, ou uma clínica, em que a natureza humana e

os processos sociais podem ser estudados de maneira mais conveniente e proveitosa (Park, 2018, p. 80).

Essas categorias básicas de dualidade: bem-mal, certo-errado, sim-não, urbano-rural, centro-periferia (entre outras) são normas e regras que regem a conduta de alguém em relação a outras pessoas e rege, também, a vida em sociedade e pode ser visto como um ambicioso fator social a influenciar o comportamento e socialização entre os indivíduos, a ponto de torná-los desprovidos de valores, ética e moral.

Apesar das cidades se constituírem em ‘grandes laboratórios culturais para se investigar’, o espaço urbano pode ser considerado um objeto ou fato social, por permitir a interação entre as pessoas, indivíduos e entes diversificados, porquanto as disputas por territorialidades urbanas, rurais, centrais ou periféricas são mescladas por lutas, atritos e competições de dominância ou subserviência e “sempre é considerada como o loco de convergência das grandes correntes e interesses econômicos, políticos e ideológicos” (Velho, 1967, p. 7).

Assim sendo, para Telles (2015, p.16):

Existe uma linha que intersecciona cada espaço, bem como pelas redefinições dos modos de governo da cidade e seus espaços. É um cenário desenhado por territorialidades urbanas de contornos incertos, atravessadas por conflitos e campos de tensão espalhados por todos os lados, mas que se configuram em torno dos pontos de fricção postos pelas tendências de uma crescente mercantilização de espaços, lugares, vidas e forma de vida, no seu entrecruzamento com formas de controle e a lógica militarizada de gestão de espaços e territórios urbanos.

Já para Minhoto (2014) desvendar os nexos que articulam a gestão dos espaços, forma de controle e produção de mercado é um grande desafio para tornar a cidade um local estratégico para entender os nexos de produção dos mercados, dispositivos de poder e gestão das populações – ou seja, a gestão das desigualdades e segregações consteladas nos espaços das cidades.

O que leva para uma zona de transição considerando as características sociodemográficas sobre os moradores, acessibilidades, terrenos e moradias que limita a periferia urbana ou “área contraída”, a qual foi denominada de “Franja Urbana”; sendo que existem ainda as franjas urbano-rural e interior rural cuja características podem diferir tanto de maneira zonal quanto setorial e serão modificadas ao longo do tempo (Pryor, 1968, p. 206).

No entanto, Ritter e Firkowski (2009, p. 22) afirmam que:

As periferias são caracterizadas cada vez mais por outros contextos, não aqueles mensuráveis simplesmente por quilometragem ou marcação de anéis,

coroas ou outro qualquer representativo geométrico, contextos esses alicerçados nas condições e contradições econômico-sociais dos seus moradores, pelas infraestruturas existentes, pelas territorialidades estabelecidas e reestabelecidas, enfim, pelas suas espacialidades.

Pryor (1968), ainda que se referindo a cidades dos Países Baixos, Paris, Estados Unidos da América e Londres, revela a mesma tendência para dizer que qualquer cidade pode “se expandir e explodir” como uma metrópole norte-americana, por exemplo, mesmo que “não no mesmo grau”.

De acordo com Corrêa (1989) o espaço urbano em relação à expressão espacial e processos sociais é ao mesmo tempo fragmentado e articulado, sendo isso o reflexo da própria sociedade. O que torna a cidade, capitalista, em segregadas áreas residenciais. Revelando a complexidade de sua estrutura através das classes e sua organização espacial, mesclada de símbolos e lutas, reflexo de um condicionamento social engendrados por “agentes sociais concretos”, cuja ação complexa deriva-se as dinâmicas de acumulação de capital que reproduz as relações e conflitos entre as classes.

Portanto, sistematizar fenômenos ocorridos nas cidades como instrumento de estado, organização político-social, e, ainda como um fenômeno sociocultural, visto que a cidade cada vez mais produz múltiplos contrastes entre o urbano e o rural, entre as metrópoles e as cidades pequenas, entre vários aspectos da vida social dos indivíduos “O tipo metropolitano de homem – que, naturalmente, existe em mil variantes individuais – desenvolve um órgão que o protege das correntes e discrepâncias ameaçadoras de sua ambientação externa, as quais, do contrário, o desenraizariam” (Simmel, 1967, p. 11).

A cidade deixa de ser apenas um espaço “sociotécnicos, entrelaçados com políticas de espaço e o governo da cidade”, mas algo dinâmico, que atinge o nervo sociopolítico, a própria economia política e os dramas sociais da cidade (Graham, 2010).

As categorizações sociais mostram ser explicitamente geográficas, pois o que separa o urbano do periférico está encastrado no distanciamento provocado pelo nível social que é quantificado pelo posicionamento de classe e faz com que quem tem mais viva em local melhor localizado. A exclusão geográfica é também uma exclusão moral porquanto envolve pessoas de diferentes construções sociais e mentais. E essas “construções mentais segmentam, classificam e ordenam nosso ambiente social” (Waller, 2002, p. 239). Porque isso se fazer referência “ao escopo da inclusão ou exclusão coletiva”, pode ser visto nas práticas socioespaciais que marginalizam tanto as pessoas quanto grupos de pessoas. Essa separação entre os grupos é construída de forma mental. “Não

só as categorizações sociais sistematizam nosso mundo social; eles também criam e definir o nosso lugar nele”.

Para Young (1990, p. 43-53), um grupo social é um coletivo de pessoas diferenciado de pelo menos um outro grupo por formas culturais, práticas, ou modo de vida. Mais precisamente, os grupos são expressões sociais e, portanto, relações espaciais; grupos só existem em relação a outros grupos. Elabora, ainda, que muitos grupos se encontram socialmente (e espacialmente) marginalizados, como “uma categoria inteira de pessoas pode ser expulsa da participação útil na vida social e, portanto, potencialmente sujeita à privação material severa e até ao extermínio”.

O que se vê é que a globalização não elimina as fronteiras, ela as transforma, desloca, multiplica e alarga, tornam-se mais frágeis e incertas (Agier, 2016), e um ambiente em que a cidade será sempre o referencial para suas próprias ações, reações, eventos e controles entre seus diferentes componentes – os povos.

Da *Polis* no Modelo Burgess ao Urbano de Teresina-PI

Para entender a conexão com as questões urbanas no centro de Teresina-PI e a ocupação pelos indígenas venezuelanos warao e o “Modelo Burgess” (Burgess e Park, 1921), fez-se necessário fazer uma breve viagem na história sobre o entendimento da construção social da cidade, a partir da ótica dos teóricos da Escola de Chicago. Nos anos de 1920 (no quarto do século XX) o departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, que ficou conhecido como “Escola de Chicago”, iniciou um movimento em que desenvolveu um programa distinto de pesquisa urbana, um “laboratório natural” de investigação, onde as preocupações da escola urbana de Chicago eram revelar que a análise dos fatores ecológicos e econômicos foram convertidos numa organização social, onde foi relacionado o crescimento espacial da cidade com a sua segmentação social (nesse período a cidade de Chicago passava por uma grande e desproporcional onda de imigração de várias nacionalidades, raças, inclusive religiosas).

O movimento foi encabeçado por Ernest Watson BURGESS (sociólogo canadense), Robert Ezra PARK (sociólogo e jornalista norte-americano) e Paul-Henry CHOMBART DE LAUWE (sociólogo francês). Ocorrendo um grande interacionismo simbólico, onde os processos de interação e estudo do objeto de pesquisa interseccionava em face um modelo etnográfico adequável e exequível.

Os estudos desenvolvidos por Burgess e Park (1921) suscitam discussões sobre interação social, organização social e ecologia humana, abordando cenários da diversidade étnica-cultural na forma como indivíduos e grupos sociais interagem em ambientes urbanos. Examinando, ainda, os processos de migração, assimilação, o papel das relações raciais, movimentos sociais e desorganização social no espaço e ambiente urbano no desenvolvimento das cidades.

Esse modelo apresentado por Burgess possibilitou a explicação e entendimento da organização espacial das cidades no que se refere a áreas urbanas, foi o primeiro criado para explicar o “porquê” da distribuição dos grupos sociais dentro das áreas urbanas e de como alguns ajuntamentos de pessoas viviam em determinadas áreas de uma cidade. Burgess exemplificou essa dinâmica de delimitação dos pedaços de terra por meio de círculos. Onde cada zona (subúrbios internos e subúrbios externos), entre comerciais, residenciais e classes (baixa, média e alta) e os deslocamentos (Burgess; Park, 1921).

Entender a cidade sob o prisma de Park (1967, p. 25), como sendo:

Algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição.

Não são apenas questões geográficas, mas ecológicas, daí o termo Ecologia Urbana dentro da Antropologia para estudar e analisar as variáveis existentes dentro do meio em que está inserida. Como reforça Park (1967, p. 25) isso serve para “descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela operação conjunta de tais forças, chamamos Ecologia Humana, que se distingue da Ecologia dos animais e plantas”.

Dentro da “ecologia urbana” (Burgess e Park, 1921; Park, 1967) conceito desenvolvido por essa linhagem de pesquisadores ligados à Universidade de Chicago as “zonas concêntricas” ou “modelo Burgess”, (Burgess e Park, 1921; Park, 1967; Chombart de Lauwe, 1967), que são aquelas áreas comerciais, com um tráfego intenso, um trânsito congestionado, além de algumas desordens estéticas e sanitárias, tratava o modo de se ver a cidade de uma forma sociológica.

Ao tempo em que as cidades vão se urbanizando surge um movimento totalmente reverso – que é a periferia elitizada, onde aqueles que estavam nos centros urbanos vão para áreas periféricas, e aqueles que viviam no campo, em situações mais limitadas

financeiramente, vêm para a cidade. Percebe-se que há uma perda de fronteiras na relação do homem com o espaço da cidade, entre o público e o privado.

Harvey analisa as disparidades geográficas existentes nas cidades como um elemento que segrega riqueza e poder, ao tempo em que reproduz e produz desigualdade e conflitos onde os ricos se afastam cada vez mais dos centros urbanos e se acomodam em reservados espaços com um público extremamente seletivo e elitizado, que vai se afastando de grupos indesejáveis e “marginalizados” em suas “privatopias suburbanas” ou “comunidades fechadas” em seus “guetos de opulência” burguesa (Harvey, 2004, p. 201-202).

A inacessibilidade a esse clã capitalista impede as relações entre quem vive dentro e fora das zonas urbanas e periféricas, visto, pois, que estes se encontram enclausurados em um urbanismo dominado por técnicas tais, em suas mansões protegidas por cercas elétricas, muros, câmeras de monitoramento e nalgumas situações, por guardas de segurança privada. Não apenas segregando, mas afastando e impedindo a construção ou interação de uma relação étnico-social entre pares distintos. É nesse cenário que Harvey analisa a coexistência de pessoas ricas e pobres no mesmo espaço geográfico, e, no entanto, estarem separadas no espaço urbano por padrões sociais segmentados em aspectos econômicos, raciais e culturais.

As separações simbólicas produzidas por contentores, com enclaves de luxo, com uma exclusividade de status, aumentam o enobrecimento higienista entre as classes gentrificadas e aceleram o processo conceitual de produção de novas espacialidades urbanas.

Para Parker (2006, p. 477-479) há uma verdadeira virada cultural em relação aos estudos urbanos, principalmente quando se analisa os pensamentos de Foucault. E isto, tais proposições, oferecem uma ampla visão da origem e desenvolvimento das teorias urbanas contemporâneas apresentadas por Weber, Simmel, Harvey e Castells, entre outros. Ainda para Parker as contribuições de Habermas, Jacobs, Mumford e Sennett abriram possibilidades de conceituações de múltiplos sentidos e ressignificações da questão urbana sobre espaços, lugares, identidade e pensamento urbano com uma abordagem holística e integrada tanto na teoria como na prática.

A polis se mostra como um marcador abissal de extremas desigualdades sociais, onde a segurança será buscada por aqueles grupos que muito pode em detrimento daqueles que pouco ou nada pode dentro dessa “franja” ou malha social, marginalizados e sem acesso pleno àquilo que a polis representa e oferece.

Precariedade habitacional e miséria espacial no urbano de Teresina-PI

Muitos moradores da cidade vivem em ‘situação de rua’ devido à precariedade habitacional e miséria espacial em que se encontram nas periferias urbanas das cidades. Tais cidadãos vivem excluídos da proteção estatal e dos direitos constitucionalizados. Para Minayo (1993), a rua seria uma “institucionalização da exclusão social”. Essa forma de desintegração social revela uma alienação das pessoas nas áreas urbanas dos grandes centros. Essa fratura possibilita a construção de uma identidade étnica e territorialização que revela as possibilidades de uma relação interétnica e até mesmo a compreensão dos problemas urbanos.



Figura 2: Ocupação “residencial” de bancos de praça por moradora em situação de rua, no centro de Teresina-PI. **Fonte:** Foto tirada pelos Autores (2024).

Nesse olhar, Agier (2016) desenvolveu o conceito de “homens fronteiras”, com o sentido que esses passam por um processo de “desidentificação, por conta de vários fatores e situações que os afastam de suas origens, com a perda de laços referenciais. Pessoas que no local onde se encontram não têm um reconhecimento legitimado de cidadania e se tornam “homens-fronteira” em “lugares-fronteira”, com uma existência bastante circunscrita, e espaços no limite dos limites identitários.

Ainda segundo o pensamento de Agier (2015), esse processo de desidentificação coloca os “fora-de-lugar” numa situação de liminaridade social, já que quando se apartam de seus territórios e lugares de origem se tornam “sem estatuto”. Como sujeitos de soberania política num momento de exceção de emancipação contra a atribuição identitária e local.

Diante desse cenário etnográfico é possível se pensar numa cosmópolis com viés antropológico, onde cultura e sociabilidade estão no limiar de suas fronteiras e ainda assim estarem juntas. Fronteiras essas que podem estar delimitadas pelo espaço-rua, que é o espaço público que mais revela e se evidencia as divergências e os desníveis sociais de uma sociedade. É onde, de fato, a sociedade se desnuda para si mesma. Como uma grande “cafetina” aliciadora de problemas sociais.

De um lado, aqueles que tentam a sobrevivência e do outro, a figura do Estado como um ente supervisor, “limpador” de paisagem, para que esta fique agradável e transmita uma estética perfeita. Assim como ocorreu com a destruição do Cortiço Cabeça de Porco, no Rio de Janeiro, no final do Brasil império e início do Brasil República, onde a intenção do prefeito Barata com relação à classe pobre, proletariada de “valhacouto de desordeiros” era “varrer aquela sujeira e prestar à cidade serviços inolvidáveis” (Chalhoub, 2006, p. 16-17).

Há na área urbana de várias cidades, inclusive Teresina-PI, um processo gradual de esvaziamento, com perda de poder econômico e concomitantemente uma ocupação por parte de “desocupados” ou pessoas subempregadas, autônomas ou que exercem trabalhos informais, sem renda fixas ou carteira assinada que formaliza o vínculo empregatício. Pode-se dizer que este espaço urbano está em crise.

Por ser dinâmico, espaços urbanos têm se tornado espaços de negociações. Um verdadeiro *market*. Grandes ou pequenos mercados aparecem de forma livre, como pequenos negócios, informais, em mesas, embaixo de grandes guarda-chuvas, em bancos de praças e em carrinho em movimento, com as mais diversificadas categorias.



Figura 3: Negócios ambulantes em espaço público de Teresina-PI.

Fonte: Foto tirada pelos autores (2024).

O que poderia salvar essa situação seria um processo de revitalização que venha produzir uma vida mais ativa, através de parcerias múltiplas entre o poder público e iniciativa privadas. Ir de um local para o outro não constitui apenas um deslocamento, mas um rompimento de uma fronteira territorial, que se estende e alcança outros componentes étnicos como os educacionais, sociais e culturais.

A experiência vivida no ambiente de fronteiras revela um certo abismo em relação a origem identitária de um povo. Ao migrarem para outros territórios numa dinâmica de deslocamento e hibridização intercontinental ou transfronteiriça, quer urbano, rural ou periférico lida-se não apenas com questões de espaço territorial, mas mexe também com outras especificidades e estruturas, como familiar e cultural, através de interações e realizações interétnicas, onde se vão construindo arranjos diversificados para suprir primárias necessidades.

Centro de Teresina – Espaço de vivências urbanas/periféricas

Teresina-PI, uma cidade inicialmente planejada, confronta-se agora com a realidade de diferenças: de etnia, de língua, de costumes, alimentação, cultura, entre outros indicativos. A cidade foi fundada em 1852 com vistas a um desenvolvimento mais amplo e holístico, em bases sociais, administração pública governamental, financeiras, comerciais, religiosas e até populacional, tendo inclusive a “participação ativa no comércio internacional” (Gandara, 2008, p. 373), através de José Antônio Saraiva, o Conselheiro Saraiva, advogado, que fora nomeado por Carta Imperial como presidente da Província do Piauí, foi também o responsável pela mudança da capital do Piauí de solo Oeirense e transferência para Teresina. Em 1848, fundou a Vila Nova do Poti (primeiro nome de Teresina) e tinha como Secretário Geral de obras do governo, o sr. João Isidoro França.

Pelos cálculos, em 1852, ano de fundação de Teresina esta possuía uma população aproximada de 8 mil habitantes. Duas décadas depois, 1872, esse número já inflava para 21.642 habitantes, significando um representativo crescimento (Teresina, 1994) e, hoje, de acordo com o censo demográfico do Brasil de 2022, feito pelo IBGE, esse número já chega a uma população de 866.300 habitantes (Brasil, 2023).

No entanto, percebe-se que a cidade vem passando por redefinições e crescimento no perímetro urbano em todas as direções: leste, sul e norte, aumentando, por exemplo, o número de bairros para todas essas zonas.

A “cidade planejada” é aquela que é arquitetada pelo governo e especialistas na área de construção e urbanismo, entre os quais engenheiros, urbanistas, paisagistas, arquitetos, geógrafos, cartógrafos, sociólogos, agrimensores e outros. De forma que possibilite um fluxo volátil e possibilidades de negociações para mantê-la viva através das relações sociais, capilarizando novas formas de organização social.

Entende-se que as cidades planejadas nasceram como um marco do processo de desenvolvimento das culturas e das sociedades. Uma forma política, estrutural, sustentável, organizacional e estratégica de fazer com que a estética e harmonia direcionasse os projetos de engenharia de construção dentro do planejamento urbano. Era uma forma de burocratizar o crescimento desmensurado das cidades, através de técnicas administrativas (Delorenzo Neto, 1986, p. 45).

A cidade tem se tornado um espaço etnográfico e um campo muito profícuo para estudos, análises e até mesmo intervenções, onde o processo de urbanização resulta do deslocamento de pessoas de áreas rurais (do campo) para áreas urbanas ou em situação de migração e asilo, movidas por diversos motivos.

De acordo com Estrêla (2023), em entrevista com o historiador Leônidas Junior, em relação a Teresina-PI: “o simbolismo de uma cidade planejada que nasce não a partir de um centro geográfico, mas sim a partir de um centro comercial. Aquela região não é o meio do território teresinense, é uma parte mais a Oeste. Mas é o centro da economia e da administração da capital”. Assim se constituiu a região urbana central de Teresina-PI.

O centro de Teresina é um espaço carregado de memórias e conta diversas histórias, marca não apenas o início da cidade administrativa com a institucionalização do urbanismo e espaços públicos, mas há um envolvimento socioafetivo entre seus transeuntes – aqueles que se mobilizam diária e frequentemente por tais espaços.

Teresina-PI mesmo sendo uma das primeiras cidades do Brasil a ser erguida de forma planejada – pois havia uma estética onde projetava uma regularidade, apesar de que questões relacionadas ao urbanismo e planejamento nas cidades ainda seja um processo recente no Brasil, é a única capital da região Nordeste que não fica no litoral. Seu Marco Zero, monumento que demarca o ponto inicial e símbolo de onde a cidade foi construída, é inspirado em arquiteturas europeias do período. Percebe-se no eixo central da cidade ruas estrategicamente alinhadas, praças que seguem uma determinada padronização, contribuindo, assim, com uma estética e ordenação espaço-territorial que facilita a mobilidade, trânsito e tráfego. São áreas de espaços sociais bem dinâmicos.



Figura 4: Igreja Católica Nossa Senhora do Amparo – centro de Teresina-PI.

Fonte: Foto tirada pelos Autores (2025).

No centro do nascimento da capital se encontra a chamada Pedra Fundamental da cidade, o Marco de Teresina, simbolizado por um metal contornado em volta dos pontos cardeais com uma inscrição cravada no chão: “*Deste marco partem as distâncias para todas as terras de Teresina – 16 de Agosto de 1852*” e em latim “*Eclesiae Prisma Theresinae*”, que se traduz: “A primeira igreja de Teresina”; esse marco fica bem em frente à Igreja Católica Nossa Senhora do Amparo, na Rua Rui Barbosa, limitando-se de frente com a Praça Marechal Deodoro da Fonseca e Praça Conselheiro Saraiva, também conhecida como Praça da Bandeira, onde está assentado simbolicamente um obelisco. No passado, por conta de um vasto espaço ali existente havia hasteamento e Juramento à Bandeira e eram feitos também “os juramentos de recrutas” (Teresina, 2011).

É o religioso e o cívico localizado no mesmo espaço. Tem ainda, o prédio da Prefeitura, o atual Museu do Piauí, antigo fórum, no mesmo espaço o Teatro de Arena com uma estrutura diferenciada de telhado e o mercado público central, entre outros prédios.



Figura 5: Pedra Fundamental da cidade de Teresina-PI, simbolizada em volta por pontos cardeais e inscrição em latim. **Fonte:** Foto tirada pelos Autores (2025).

Dentro da Praça Marechal Deodoro da Fonseca há muitos vendedores ambulantes e no entorno da Praça, há o Shopping da Cidade com várias pequenas lojas padronizadas; ainda, no entorno da Praça há, ali acomodados, uma rede de feirantes vendendo alimentos, na maioria perecíveis, como frutas e verduras lidando com ratos, baratas e uma sujeira fétida, decomposta e mefítica produzidas pelas frutas e verduras estragadas, convivendo lado a lado com aqueles que esperam o transporte coletivo nas paradas espalhadas pelo trecho.



Figura 6: Obelisco¹, Praça Deodoro da Fonseca (Praça da Bandeira). **Fonte:** Foto tirada pelos Autores (2024).

Indo contrário ao pensamento de Burgess e Park (1921), em zonas transacionais entre negócios e residências, o processo que a ‘cidade central’ de Teresina apresenta é a de descentralização das aglomerações residenciais e uma decadente dominação

¹ Erguido em 1959, o obelisco, dessa imagem, esculpido em mármore Carrara italiano, tem inscrições em latim que registram a fundação da cidade de Teresina-PI e representa, também, um Marco Inicial desta fundação.

comercial, que vai circundando os espaços, proporcionando uma oportunidade de ocupações amalgamada a grandes possibilidades como construções de parques de estacionamento, furtos e roubos provocados por “lanceiros”.

As cidades em suas organizações urbanas técnicas, constituem-se estruturas que precisam ser preservadas para que se mantenha o equilíbrio em bases populacionais demográficas, deslocamento entre outros indicativos e mecanismos “a fim de impedirem a desintegração ou desestruturação social” das mesmas (Delorenzo Neto, 1986, p. 45). Produzindo, assim um crescimento desequilibrado, capenga, evasivo, com fraturas e aspectos periféricos de pobreza.

Deve-se considerar que as populações mundial, brasileira, piauiense e teresinense se encontram em pleno crescimento, destarte que a expansão população não significa propriamente um crescimento espacial, visto que cartograficamente os espaços são fixos ou imóveis; o que, então, produziria um crescimento desordenado da cidade em termos de ocupações, modificando sua paisagem originalmente projetada, que se caduca pelas mobilidades e mudanças de objetivos.

Questiona-se: Será que o tão badalado planejamento da cidade levou em conta possível expansão populacional para futuras adequações ou reorganizações? Ou se se pensou quais problemas e gargalos poderiam advir com essa limitação urbana, hoje uma realidade vívida e visível?

Nota-se um processo inverso em relação a ocupação da região central. Quem mora nas periferias deslocam-se para o centro da cidade em busca de oportunidades. Enquanto a classe média alta já se movimenta para a periferia urbana por ter facilidade de mobilidade através de transportes próprios visto ter condições de arcar com despesas de imóveis de alto padrão. Os ricos residindo em regiões não metropolitanas aumentando, assim, o abismo social entre classes, principalmente daqueles que vivem em situações de vulnerabilidade e pobreza.

Se partir do pressuposto que há uma periferização do centro urbano e que a população só aumenta a cada ano num “boom” populacional que não poderá ser limitado.

Visivelmente, o espaço urbano e organização socioespacial, apresentam um crescente desenvolvimento, com pavimentação, iluminação e outras infraestruturas com características e particularidades peculiares de cidade em desenvolvimento e crescimento. “Reconhecendo sempre que se a cidade se apresenta predominantemente quanto a uma sua onipresença como forma territorial e cultural de aglomeração humana

enquanto se constitui como um dos terrenos por onde a realidade quotidiana é vivida” (Pólvora, [s.d.], p. 9).

A cidade representa a junção e separação de espaços e produz vivências urbanas e periféricas, dentro de um determinado modelo de pólis, onde em suas mobilizações e travessias todos são afetados e até mesmo sofrem modificações culturais. Há dentro de todo esse processo uma invariável interação humana causando elementares impactos na vida urbana.

A história da humanidade é marcada por constantes fluxos migratórios – ações, imigrações e emigrações – resultantes de fronteiras rompidas ou anexadas, seja por territorialidade ou outros fatores. Essas narrativas e heranças moldam os deslocamentos ao longo do tempo, definindo paisagens urbanas e culturais. Entretanto, a diferença entre idealização e realidade muitas vezes não se harmoniza, como se observa na região central da cidade, que passou por um recente processo de revitalização promovido pela Prefeitura, na gestão do então prefeito, Dr. Pessoa, em 2024.

O projeto, embora aparentemente restrito a pontos específicos, trouxe impactos significativos para a arborização urbana. Foram colocadas novas plantações, arbustos e canteiros, contribuindo para o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade do ar. A introdução de espécies nativas favorece a biodiversidade, promovendo *habitats* para polinizadores essenciais e ajudando a mitigar os efeitos da centralização do calor urbano.

Além disso, a biologia urbana revela a importância de sistemas vegetais na filtragem de poluentes, na regulação térmica e na absorção de água da chuva, prevenindo alagamentos. A vegetação interage diretamente com os ciclos naturais, favorecendo o desenvolvimento de microrganismos benéficos no solo e sustentando uma cadeia ecológica que equilibra o espaço urbano e natural.

Assim, a revitalização não se limita apenas à estética ou funcionalidade urbana, mas também fortalece os vínculos entre o ambiente e os seres vivos, demonstrando o papel fundamental da arborização no bem-estar da cidade e na preservação da vida em diferentes escalas. Pode-se incluir a sucessão ecológica para destacar como áreas degradadas passam por transformação ao longo do tempo, visto que a presença de árvores e arbustos no espaço urbano pode ser vista como um exemplo de regeneração ambiental, promovendo a reintrodução de espécies vegetais

O relógio Coluna da Hora, da Praça Rio Branco, um dos pontos históricos iniciais da cidade se encontra na praça, bem no cruzamento das ruas Coelho Rodrigues e Simplicio Mendes. Apresenta um cenário e espaço multifacetados, ainda que a escultura

esteja preservada, os ponteiros não funcionam adequadamente, não servindo para marcar, de fato, as horas, cuja finalidade é justamente esta.



Figura 7: Relógio Coluna da Hora, Praça Rio Branco, Centro de Teresina-PI.
Fonte: Foto tirada pelos Autores (2025).

Quando espaços urbanos se transformam em áreas fronteiriças, a linha entre os direitos e a sobrevivência torna-se tênue. Essa mudança, mesmo quando resulta em algo aparentemente coeso como um bairro étnico, é sempre moldada por diferentes perspectivas. Há um constante confronto de gostos, estilos de vida e comportamentos, que gera limites identitários. O que define esses critérios é um conjunto de valores morais que se estende por toda a cidade (Agier, 2011, p. 71).

Cidade em movimento: da periferia ao centro da cidade

Observa-se diariamente um significativo e rotineiro burburinho na área central da cidade de pessoas, um público composto principalmente por mulheres, que se deslocam de vários bairros e vão se acomodando estrategicamente, embaixo de prédios públicos, privados e esquinas de ruas em atividades como se estivessem num *ambiente de trabalho*; isso é o reflexo decorrente da conceitual ocupação desordenada causada pela fragilidade de políticas tais entre as sociais, habitacionais e quiçá, trabalhistas.

Essa forma de divisão social e separação de trabalho, onde é a força do dinheiro que rege as necessidades, empobrece as aspirações de inserção no mercado de trabalho e segrega ainda mais esses indivíduos, que ficam sem exercer uma profissão remunerada de forma digna, nesse tão competitivo mundo do mercado de trabalho.

Essas ocupações em regiões centrais das cidades por tal população, segundo (Marcus, 1991) reflete o desafio que se pode colocar à etnografia modernista produzindo novas identidades através dessas migrações e dispersões em pontos específicos. Davis (2006, p. 16-18) alerta que “as cidades que explodem no mundo em desenvolvimento também entretecem novos e extraordinários corredores, redes e hierarquias”. Entretanto, o preço dessa nova ordem urbana será a “desigualdade cada vez mais, tanto dentro de cidades de diferente tamanhos e especializações econômicas quanto entre eles”.

Frente a tal panorâmico cenário a interiorização do fenômeno urbano tem sido um desafio para a política administrativa governamental, que vê a cidade sendo ‘invadida’ por fenótipos ‘indesejados’ por alguns, como os indígenas warao, que são hostilizados pela população, que se sente ameaçada pela competição da sobrevivência na divisão do espaço urbano. Razão pela qual tratam essas pessoas com frases e comportamentos xenofóbicos de discriminação étnico-racial. “*Volta pra tua terra!*”, “*vai embora, seu índio!*”, “*seu lugar não é aqui!*”, são expressões que se ouve frequentemente dirigidas a esses indígenas que transitam pelo centro de Teresina-PI em busca de recursos para sua sobrevivência, sendo submetidos a várias pressões ecológicas, senão psicossociais.

Muito mais que uma imagem que precisa de retoques, o que se vê são ‘habitantes de desertos sociais’ (grifo pessoal) que possuem direitos de memória e história em sua passagem por esta dimensão terreal. “O que aparece no estilo metropolitano de vida diretamente como dissociação na realidade é apenas uma de suas formas elementares de socialização” (Simmel, 1967).

Pessoas invadem, se apropriam e se apossam provisória e/ou temporariamente desses locais (*público ou privado*) como ruas, debaixo de árvores, marquises e ‘biqueiras’ delimitados por pedaços de papelões, crianças, garrafas com água e uma sacola de supermercado com algum tipo de alimento, geralmente biscoito. São os povoadores semoventes de espaços, que quebram a estética da cidade, numa “urbanização irregular com efeito, a privatização das invasões” (Davis, 2006, p. 50).

Particularizam e privatizam espaços de transição, sem termo de posse, mesmo que por um tempo provisório. Mas de forma regular, diária, fugindo ao harmônico padrão da beleza produzindo uma “antiestrutura modernista” que “tem uma relação muito mais incômoda com os conceitos de ordem e é radicalmente desconstrutiva desta ordem” (Marcus, 1991, p. 217). Constituindo um grande desafio para uma *equilíbrio social*.

A base das divisões naturais da humanidade possibilita o processo relacional de categorização social (e espacial) que define e sistematiza a posição de cada indivíduo ou grupo na escala social, pois as pessoas, em geral, especificamente, se identificam com algum grupo (ou parte) que se assemelham.

Ao se analisar a ascensão social por meio do prisma de recursos financeiros, fica incognoscivelmente inviável a grande parte das pessoas periféricas que vão ao centro da cidade de Teresina saírem da *zona de perigo social* (grifo pessoal) e obterem o “título” de amigo do rico. Pois estes continuarão em suas periferias urbanas, no centro de Teresina, ‘trabalhando’ para sobreviverem, e, cada vez mais distanciados daqueles, os ricos.

Dessa perspectiva, governar a cidade aproxima-se mais e mais de uma estratégia voltada ao objetivo de desenhar e executar políticas de desenvolvimento urbano que criem condições para a conversão das cidades em autênticas “máquinas de crescimento” (Minhoto, 2014, p. 466), objetivo do homem enquanto ser social: a busca e acúmulo de riquezas.

As diferentes modalidades de resistências com a remoção e redimensionamento da população em áreas urbanas centrais com a necessidade de adequações espaciais e ajustes nos ordenamentos sociourbanos fazem com que haja uma readequação no canteiro dessa grande obra, que é uma cidade.

A cidade como plano de referência e funcionamento se tornou um verdadeiro ringue de conflitos, atritos e rupturas, engendradas tensões, fazendo do direito à mobilidade um resíduo do direito à acumulação capitalista do espaço urbano (Telles, 2015; Cardoso, 2013).

O Estado tem o poder soberano de redesenhar regras que podem definir regras na gestão dos espaços urbanos. Minhoto (2014, p. 468), defende que “a influência desses interesses na redefinição dos modos de gestão do espaço urbano pode ser caracterizada como um processo de destruição criadora: à destruição de padrões regulatórios”; isso “trata-se de investigar os agenciamentos urbanos a partir dos quais os espaços, seus artefatos, suas redes e trama de relações são produzidos em lugares concretos da prática urbana” (Telles, 2015, p. 17). Já para Aquino (2008, p. 150) se referindo em relação ao Movimento Sem-Teto do Centro, em São Paulo

a opção pelo centro e dá basicamente por questões de acessibilidade: maior oferta de trabalho, facilidade de locomoção diária, maior concentração de serviços de saúde e de melhores escolas para os filhos. Tal maioria, inclusive, já estava morando no Centro já morava no centro anteriormente à entrada do movimento e esse passa a ser um instrumento de obtenção de melhores condições de habitação e, preferencialmente definitivas.

Esses movimentos contemporâneos revelam a fragmentação das territorialidades urbanas semoventes e pode, sim, gerar impactos profundos na organização das cidades e instituições, mas não necessariamente leva ao colapso total. O enfraquecimento da estrutura governamental e urbana pode resultar em desafios como desigualdade social, precarização de serviços e crises ambientais. A ciência, por sua vez, busca entender e mitigar essas transformações por meio de estudos sobre sustentabilidade, mobilidade e planejamento urbano. A Antropologia urbana tem muito a contribuir com essa pauta.

A resiliência das sociedades é um fator crucial – elas tendem a se reorganizar diante de adversidades, adaptando-se a novas dinâmicas e explorando alternativas para manutenção da governança e do equilíbrio institucional. A inserção de políticas públicas, tecnologia e a própria sociedade são elementos que contribuem para que ocorram mudanças que beneficiam a todos.

Considerações Finais

À medida que o espaço urbano se transforma e as sociedades se tornam mais complexas, acentuam-se as segregações sociais, étnicas e espaciais. Áreas que antes abrigavam dinâmicas de territorialidade tornam-se zonas de declínio e tensão étnico-racial, configurando um campo permanente de disputa, resistência e sobrevivência humanitária. Esses conflitos desafiam o sanitarismo local e a estrutura das cidades, reforçando desigualdades históricas e estruturais.

O processo de segregação e integração desempenha papel essencial na organização da sociedade e, por consequência, no próprio desenho urbano. Muitas pessoas vivem em situação de vulnerabilidade social, limitadas pelo acesso desigual aos direitos fundamentais de usufruto pleno da cidade. As barreiras impostas pela segregação exigem políticas públicas efetivas que promovam inclusão e equilíbrio na mobilidade entre periferias e centro, garantindo melhores condições de vida para aqueles que se deslocam diariamente pelo espaço urbano.

No Brasil, em tese, todos os cidadãos são protegidos pelas leis, que asseguram direitos invioláveis, como vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. No entanto, a concretização desses direitos depende da atuação do governo na promoção de políticas sociais, econômicas e culturais que efetivem a equidade e a justiça urbana.

Diante dos desafios enfrentados, as cidades devem se consolidar como espaços de refúgio habitacional e proteção dos direitos fundamentais, superando suas problemáticas por meio de um metabolismo dinâmico e inclusivo. A busca por uma “nova cosmópolis com migrações descentrametadas” representa uma alternativa para um urbanismo mais equilíbrio, onde todos os habitantes possam se beneficiar das oportunidades e dos recursos urbanos.

URBAN PERIPHERIES: SEGREGATIONIST AESTHETICS OF SOCIO-SPATIAL AND TERRITORIAL OCCUPATIONS IN TERESINA (PIAUÍ – BRAZIL)

Abstract: This article analyzes, using an ethnographic and qualitative anthropological approach, the dynamics, displacements and socio-spatial occupation of peripheral populations in central areas of Teresina (PI), and the dynamics of forced migration, cultural resistance and struggle for recognition, highlighting how urban fragmentation makes vulnerable groups invisible (Vidal, Musset and Vidal, 2011; Lima, 2023; Levy, 2001). The research confronts classical models such as Burgess's (1921) and the center-periphery dichotomy (Velho, 1967), revealing that urban mobilities and dynamics reconfigure social structures and social practices. Teresina presents itself as a stage for tensions of vulnerability between spatial planning and appropriation, marked by social exclusion (Harvey, 2004) and the commodification of the city (Telles, 2015). Advocates the promotion of inclusive public policies that value peripheral identities and promote a cosmopolis with new policy practices.

Keywords: Urban Anthropology. Center and Periphery. Teresina.

PERIFERIAS URBANAS: ESTÉTICA SEGREGACIONISTA DE LAS OCUPACIONES SOCIOESPACIALES Y TERRITORIALES EN TERESINA (PIAUÍ – BRAZIL)

Resumen: Este artículo, con un enfoque antropológico etnográfico y cualitativo, analiza los desplazamientos y la ocupación socioespacial de poblaciones periféricas en zonas centrales de Teresina (PI), así como las dinámicas de migración forzada, resistencia cultural y lucha por el reconocimiento. Se destaca cómo la fragmentación urbana invisibiliza a grupos vulnerables (Vidal, Musset y Vidal, 2011; ...Lima, 2023; Levy, 2001). Se confrontan modelos clásicos como el de Burgess (1921) y la dicotomía centro-periferia (Velho, 1967), revelando que las movilidades y dinámicas urbanas reconfiguran estructuras y prácticas sociales. Teresina se presenta como escenario de tensiones de vulnerabilidad entre el ordenamiento y la apropiación del espacio, marcadas por la exclusión social (Harvey, 2004), enclaves de lujo que ennoblecen el higienismo entre las clases gentrificadas y por la mercantilización de la ciudad (Telles, 2015). Se aboga por políticas públicas que valoren las identidades periféricas y promuevan una cosmópolis con nuevas prácticas políticas.

Palabras clave: Antropología Urbana. Centro y Periferia. Teresina.

Referências

ABREU, Francilene; LIMA, Carmen L. S. **Indígenas Warao em espaços urbanos de Teresina:** resistência à travessia das fronteiras étnicas, culturais e sociais. In: IV SIMPANTRO –Simpósio de Antropologia. Lutas por direitos, horizontes plurais e diálogos interculturais. 2023. Teresina. Anais do evento. Teresina-PI: CCHL/UFPI,

2023. p. 25-47. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1f-0ladqO63J-luBNfFt5YN4QsXfMv5uI/view>> Acesso em: 02 fev 2025.

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade**: Lugares, Situações, Movimentos. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Ed. Terceiro Nome. 2011 [2009].

AGIER, Michel. **Migrações, Descentramentos e cosmopolitismo**. Uma antropologia das fronteiras. Maceió; São Paulo: EDUFAL; Editora da Unesp, 2015. 323p.

AGIER, Michel. **Nova Cosmópolis**. As fronteiras como objetos de conflito no mundo contemporâneo. École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/319103/2016>. In: RBCS Vol. 31 n° 91, junho/2016: e319103.

AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. **A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia**: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRASIL. IBGE. **Cidades e Estados. Teresina**. Código: 2211001. População residente: Censo 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados - Atualizado em 22/12/2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/teresina.html>> Acesso em: 10 jan. 2025.

BURGESS, Ernest W. e PARK Robert E. **Introdução à Ciência da Sociologia** (ISBN 0837123569). 1921.

CARDOSO, Adalberto. **As jornadas de junho e a mercantilização da vida coletiva**. Insight, p. 23-27, 2013. Disponível em: <<http://insightinteligencia.ig.com.br/?p=356>>. Acesso em: 10 fev 2024.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. (Org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 2005. 278 p. (Coleção Américas, Coordenação Ana Maria Fernandes).

CARDOSO, Ricardo José Brügger. **A Cidade como Palco**: o centro do Rio de Janeiro como lócus da experiência teatral contemporânea 1980/1992. RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal das Culturas - Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural – Gerência de Informação, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Série Princípios. Editora Ática: São Paulo. 1989. 95p

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemia na Corte imperial. São Paulo. Companhia das Letras, 1995. Editora Schwarcz Ltda. São Paulo. 2006.

CHOMBART DE LAUWE, P. H. *et al.*: **Paris et l'agglomération parisienne**, t. II. Méthodes de recherches pour l'étude d'une grande cité, Paris, P.U.F., 1952, 107 pp., fig. L'Organisation Sociale en Milieu Urbain", Manual de Sociologie Urbaine, UNESCO. ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO MEIO URBANO Tradução de MOACIR PALMEIRA. P. 113-136, in: **O fenômeno urbano**. Organização e Introdução de OTÁVIO GUILHERME VELHO. Rio de Janeiro. 1967.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo Editorial. 2006. p 272. p.: il.

DELORENZO NETO, Antônio. **O sentido da administração municipal moderna**. Rev. Adm. Empr. Rio de Janeiro, 26 (2): 45-50 abr./jun. 1986

ESTRÊLA, Maria Clara. **Você sabe o que é Marco Zero de Teresina?** 09/09/2023. Disponível em: <<https://portalodia.com/noticias/teresina/voce-sabe-o-que-e-marco-zero-de-teresina-400512.html>> Acesso em: 02 fev 2025.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-Beira**. 2008. Tese (Doutorado em História). Brasília: UnB, 2008.

GRAHAM, Stephen. **Cities under siege: the new military urbanism**. Newcastle University. London/New York: Verso, 2010.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança** [2000]. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e maria Stela Gonçalves. Edições Loyola: São Paulo, 2004.

INGOLD, Tim. Epilogue: **Anthropology is not Ethnography**. In: _____. Being Alive. Routledge: London and New York, 2011. pp. 229-243. **Antropologia não é Etnografia**. Tradução e revisão: Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles.

LEAL JUNIOR, Jose Hamilton Lopes. **Expansão Urbana, planos urbanísticos e segregação urbana: o caso de Teresina-PI**. Orientador: Prof. Dr. Ayrton Portillo Bueno. 2014. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. 144p.

LEVY, J. **Os novos espaços da mobilidade**. Geographia, 3(6), 7-17. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2001.v3i6.a13407>. 2001.

MARCUS, George. **Identidades Passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial**. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, n. 34, 1991, pp. 197-221.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil**. São Paulo, HUCITEC, 1993. p. 97-115. (Saúde em Debate, 62).

MINHOTO, Laurindo Dias. **Nota crítica sobre a teoria dos sistemas, o neoliberalismo e o direito à cidade**. Revista Direito e Práxis, v. 5, pp. 462-474. 2014.

PARK, Robert. (1967[1916]), Em American Journal of Sociology, XX (março, 1916), pp. 577-612. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**, in G. Velho (org.). O fenômeno urbano, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

PARK, Robert Ezra. **A sociologia urbana de Robert E. Park**. Organização e introdução Lícia do Prado Valladares, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2018, 154 p.

PARKER, Simon. **Urban Theory and the Urban Experience Encountering the City**. London: Routledge. 2004. In: International Journal of Urban and Regional Research 30.2©. 2006. The Authors. Journal Compilation © 2006 Joint Editors and Blackwell Publishing Ltda. 477-479p

PÓLVORA, Alexandre. **Da cidade de Simmel a uma sociologia vinda dos dias na cidade**. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Cidades, Campos e Territórios. (s.d.). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR460eb8a3864f7_1.pdf> Acesso em: 02 dez 2024.

PRYOR, Robin J. **Social Forces** (Oxford University Press) -Vol. 47, Iss: 2, 30 nov. 1968-pp 202-215. Oxford, USA.1968.

RADCLIFFE-BROWN. **Structure and Function in Primitive Society**. London: Cohen and West, 1952.

RITTER, Carlos e FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. **Novo Conceitual Para as Periferias Urbanas**. Revista Geografar Resumos do VII Seminário Interno de Pós-Graduação em Geografia Curitiba, 2009.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2005 (Nº 4.130/2001**, na casa de origem). Revoga o art. 60 da Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, Lei de Contravenções Penais. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.migalhas.com.br/arquiv_o_artigo/art20090617-04.pdf> Acesso em: 10 fev 2025.

SIMMEL, Georg. The Metropolis and Mental Life, The Sociology of Georg Simmel, traduzido e editado por Kurt H. Wolff — The Free Press, Glencoe, Illinois, 1950. Copyright: by The University of Chicago Press. Publicado pela primeira vez em 1902. “A Metrópole e a vida mental”, in **O fenômeno urbano**, Otávio Guilherme Velho, Rio de Janeiro, Zahar. 1967.

SOUSA, R. S. de. Direitos Humanos através da História Recente em uma Perspectiva Antropológica. In: LIMA, R. K. de; NOVAES, R. R. (Org.). **Antropologia e Direitos humanos**. Niterói: EDUFF, 2001. 266 p.

TELLES, Vera da Silva. **Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan./jun., 2015, p. 15-41.

TERESINA. **Teresina em bairros** – Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral – SEMPLAN. Versão preliminar. Teresina, 1994.

TERESINA. **Plano de Requalificação Urbano de Teresina**. Teresina Prefeitura Municipal de Teresina, 2011.

VELHO, Otávio Guilherme. Organização e Introdução. “**A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**”, in Otávio Guilherme Velho, **O fenômeno urbano**, Rio de Janeiro, Zahar.1967.

VIDAL, Laurent, MUSSET, Alain e VIDAL, Dominique. **Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera**. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). Trad. de Carina Sartori e Thiago Rocha. Confins - Revista franco-brasileira de geografia. 13/2011, número 13.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University. Press.1990.

WALLER, James. **Becoming Evil: How Ordinary People Commit Genocide and Mass Killing**. New York: Oxford University Press. 2002.

SOBRE OS AUTORES

Francilene da Silva Abreu é mestre em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Allex Denzell da Silva Abreu é pós-graduando em Ensino de Fisiologia Humana na Educação Básica pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); graduado em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI); docente da rede privada de educação em Teresina-PI.

Enviado em 07/06/2025

Aceito em 02/12/2025